



CASCAIS

CÂMARA MUNICIPAL

Reunião ORDINÁRIA de 18 | 02 | 2013

Minuta da Acta n.º 04/2013

	Presentes	Faltas	
		Justif.	N Justif.
Presidência	CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS		
Vereadores	ALÍPIO MARQUES MAGALHÃES FERNANDES		
	MIGUEL PINTO LUZ		
	ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO		
	PEDRO ARANTES LOPES MENDONÇA		
	ALEXANDRE NUNO DE AGUIAR FARIA		
	MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CORDEIRO		
	JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO		
	NUNO FRANCISCO PITEIRA LOPES		
	FREDERICO MANUEL PINHO DE ALMEIDA		
	MARIA TERESA PERES DOMINGUEZ R. GAGO		

Observações: _____

Hora de Abertura 9 horas e 35 minutos

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Início 9h35

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES DE MENDONÇA tomou a palavra para fazer referência a quatro pontos. Um, sobre a manifestação do dia 16, que mais uma vez demonstrou o descontentamento da população de Norte a Sul do país e que não foi devidamente retratada na comunicação social. Mas o que é um facto é que milhares e milhares de pessoas vieram para a rua, desde Lisboa, Coimbra, Braga, Porto, etc., acha que demonstrando perfeitamente o descontentamento relativamente às medidas que o Governo tem efetuado, continua com uma política cega na saúde, com a sua privatização, em que os hospitais de PPPs entram cada vez mais capitais americanos e alemães, pretendendo o Governo destinar determinadas áreas apenas para a utilização de estrangeiros. Na educação, a diminuição drástica dos professores. A diminuição também drástica dos direitos sociais retirando o complemento de dependência a uns bons milhares de portugueses com dependência e invalidez superior a 60%, para além de outras medidas anti-sociais que em nada visam o desenvolvimento do país, antes pelo contrário, visam o empobrecimento da população em geral. Referiu que é por isso que este movimento é crescente, devido à injustiça social que infelizmente a política deste Governo tem sustentado. Há que pôr fim a este tipo de política, uma política de desemprego, o encerramento de 27 empresas por dia e de uma recessão económica de 3,2% e sempre a recuar. Este é um dos pontos e que estão bastante preocupados com a situação do país, porque realmente a corda já se partiu. Como segundo ponto referiu mais um acidente ferroviário, agora na linha de Cascais, que nada de bom trás para o turismo em Cascais e da região. Desgaste de material, inadequada manutenção ou até mesmo inexistente; não é privatizar os concessionários que é a solução, a solução é mantê-la e proceder a um investimento para que as infraestruturas e o material circulante tenham as condições de segurança, para que o equipamento sirva os interesses da população. Mas não é com soluções como as que foram acordadas com a FERTAGUS, única ferrovia privada, que une Lisboa a Setúbal, através da Ponte 25 de Abril. O estado forneceu a linha, portanto cedeu a linha, as estações e os comboios ao operador privado, ficando com o encargo da dívida, que é imputada nas contas da REFER e da CP, e por isso apresentam também grandes prejuízos. O Governo, para além de tudo, ainda paga indemnizações compensatórias, ficando a empresa com uma diminuta receita e cada vez com mais encargos do investimento da CP. Pensa que devem ter uma visão integrada entre o transporte rodoviário e ferroviário, que sirva os passageiros. Disse que é altura de acabar com a concessão e a exploração da SCOTTURB. Questionou se a concessão será ou não renovada. Sobre a reforma administrativa pensa que a resposta do Supremo Tribunal Administrativo é muito "fraquinha", pois diz que não se devem ingerir em outras gestões que competem a outros indivíduos. Acha que realmente é triste uma resposta destas, porque quem se está a ingerir é exatamente o Governo Central. Terão que continuar a defender a sua razão e não cruzar os braços. Terão que arranjar soluções para defender os interesses da população local e a política de proximidade, foi por isso que se instituiu o poder local. Como quarto e último ponto questionou sobre o Bairro da Cruz Vermelha, para quando é que se prevê a resolução dos prédios degradados e dos realojamentos dos munícipes que ainda faltam, pensa que são poucos mas ainda faltam alguns.

O SR. VEREADOR FREDERICO ALMEIDA em resposta à questão colocada esclareceu que terá todo o gosto em partilhar esta informação mais detalhada, não tem agora aqui todos os números, mas neste momento já estão com mais de metade dos realojamentos concluídos e com as pessoas já a viverem nas casas que lhe foram destinadas. Existe um número de pessoas relativamente elevado, ou seja, uma segunda metade que já têm casa destinada e que estão a aguardar que sejam realizadas as obras dessas mesmas casas para que possam efetuar a transferência. Depois, como é de alguma forma um bocadinho inevitável neste processo, existem algumas situações um pouco mais difíceis de conseguir concretizar, mas estão a decorrer as conversações com as pessoas de uma forma positiva e espera num curto prazo ter o processo concluído.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, em relação a este ponto, acrescentou que trata-se de uma matéria que durou dezenas de anos a resolver e que finalmente tem uma solução que está a ser implementada. Quer deixar aqui uma palavra de reconhecimento ao Sr. Vereador Frederico Almeida, e também ao Sr. Vereador Nuno Piteira Lopes, pela resolução que estão a ter com o Instituto do Estado, em que estão a resolver um conjunto de situações que se arrastam há dezenas de anos e com as quais vais ser possível ultrapassar algumas carências de alojamento, de habitação, em Cascais. Nesse sentido manifestou o desejo de deitar abaixo o prédio, o famoso lote 13 ou 16, uma série de lotes que vão abaixo, espera

poder estar em condições de o deitar abaixo no mais curto espaço de tempo. Dirigindo-se ao Sr. Vereador Pedro Lopes de Mendonça referiu que percebe que as questões que este coloca aqui no período antes da ordem do dia são orientados pelo Coletivo e portanto são gerais em todos os Municípios; todos os Senhores eleitos da CDU têm essa obrigação, mas também disse que, da parte de quem não é eleito da CDU, também consideram que há limites em termos de mais ou menos de paciência, em relação a esse tipo de questionamentos. Referiu que venham os capitais Americanos, Alemães, como já vieram os Chineses, os Russos, todos os capitais que venham; nas privadas então não lhe parece, aqui temos uma separação clara em que o Estado não deve intervir naquilo que não é do Estado, mas também que venham nas públicas e que consigam de facto ajudar a que o país se salve. Não vê qual é a questão dos capitais americanos e alemães, como também no passado não vieram por parte da CDU ou do Partido Comunista nenhuma questão sobre os capitais soviéticos que invadiram outros países. Faz parte daquilo que sejam as estratégias de cada um, dos interesses de cada um e não se imiscuem e que venham. Na situação em que está Portugal que venham de facto esses capitais e muitos outros, que possibilitem o desenvolvimento do país. Em relação às manifestações já só com grande fé é que se consegue acreditar que são de grande sucesso porque como se viu em Lisboa, cada vez mais a própria CGTP e o seu líder, com o seu radicalismo, têm vindo a perder força e por muitas justas que sejam as reivindicações, mas também temos vindo a assistir por parte do Partido Comunista que cada vez constituem mais comissões disto, daquilo, e daqueloutro, em que as pessoas pertencem a variadíssimas comissões, porque se vê nas manifestações, umas vezes a representar a classe A, outras vezes o interesse B, outras vezes o interesse C, isso também não credibiliza, no seu entender, essa posição. Em relação à injustiça social que este governo tem vindo a provocar, acha que é inerente àquilo que neste momento se está a passar, ou seja, têm de salvaguardar de facto quem precisa mais, sendo que o esforço tem de ser colocado no coletivo e nomeadamente os que estão aqui eleitos, sabem que são aqueles que tem contribuído mais, porque já perderam um terço dos próprios rendimentos, mas isso de forma a assegurar a que quem precise tenha algum apoio e mantenha a sua dignidade e a esperança que obviamente não se pode deixar perder. Em relação à reforma administrativa não consegue avaliar, até porque não tem essas competências, se o Supremo Tribunal tem decisões fraquinhas ou fortes. Espera que nunca tenha decisões fortes, no sentido de musculadas, porque isso não é próprio da democracia. Se o oposto do fraquinho tem a ver com o respeito das leis democráticas então que as tenha fraquinhas. Quanto às questões que dizem respeito diretamente ao Concelho, que tem a ver com a CP e com a SCOTTURB, pensou que estava agendado como informação as duas cartas que fez, para o Sr. Secretário de Estado dos Transportes quer sobre o acidente da CP, quer sobre a SCOTTURB, em que uma vez mais manifestou não só a sua preocupação, mas a sua disponibilidade para encontrar soluções alternativas. No caso da SCOTTURB com uma agravante que não foi referida pelo Sr. Vereador Pedro Lopes de Mendonça, porque a empresa decidiu fazer aquilo que considera ser um ato de terrorismo social: anunciar no seu site que a partir do dia 1 de Abril não aceita passes sociais no Concelho. Isso é de uma gravidade extrema, como é óbvio, e que no seu entender com esta e com outras atitudes que estão mencionadas na carta que enviou para o Secretário de Estado, considera que eles próprios quebraram o contrato de concessão, porque é um contrato de concessão para prestarem um serviço público e nesse sentido deixam de o fazer. O contrato será resgatado por incumprimento da própria operadora. As informações que tem do Governo e que entretanto já foram públicas, no caso da CP é que até ao final deste ano estarão em condições de ter a solução definitiva, o que muito provavelmente passará pela concessão, e a concessão não tem que necessariamente e não vai necessariamente passar por um prejuízo dos utentes, antes pelo contrário, vai passar por uma melhoria do serviço aos utentes, mantendo os preços, até porque, como sabem, parte do que hoje inibe a CP de se financiar para poder ter material circulante em condições na linha de Cascais, tem a ver com a dívida que foi absorvida pela CP para pagar o metro de superfície da outra margem, portanto sem qualquer benefício para os munícipes de Cascais. Afirmou que aí também conviria ter uma posição da CDU, de achar que é injusto que tenha de se transferir financiamento para os munícipes da margem Sul em detrimento dos investimentos que têm que se realizar na margem Norte, nomeadamente na linha de Cascais. Referiu por último que as informações que tem do Governo sobre a CP e SCOTTURB, embora publicamente já tenha vindo o Sr. Secretário de Estado falar sobre a CP, é de que de facto se vai até ao final do ano, na SCOTTURB, abrir concurso para novas concessões e na CP que se vai colocar também a possibilidade de se concessionar a Linha a entidades privadas e, quer numa situação quer noutra, tem a informação de que há pessoas interessadas, há empresas interessadas, o que é um bom prenúncio. Para que este processo se possa desenvolver há um conjunto de medidas que dependem também da Câmara Municipal de Cascais e que beneficiam a própria prestação de serviços, beneficiam a rentabilidade das próprias concessões pelo que têm total disponibilidade para contribuir e colaborar. Algo que já foi disponibilizado à SCOTTURB e que não foi aceite pela empresa, porque de facto

acreditam que quem conhece esta atividade, e também com base nas informações e no aconselhamento à época da Sr.^a Vereadora eleita pelo Partido Socialista, Leonor Coutinho, que é como se sabe uma especialista nesta matéria, de facto foi possível terem uma estratégia muito fundamentada, quer política, porque tinha o consenso generalizado, mas também técnica e nesse sentido a SCOTTURB sempre manteve uma posição autista e não quis colaborar com a Câmara, razão pela qual também adiou algumas medidas que tem a ver com estas concessões. No que diz respeito ao Município estão a falar de estacionamento, estão a falar de movimentos controlados em que se beneficia o transporte público em detrimento do transporte privado, todo um conjunto de políticas que podem avançar desde que enquadradas nesta estratégia de melhoria da prestação de serviço nos transportes públicos.

O SENHOR VEREADOR PEDRO MENDONÇA pediu a palavra para esclarecer que quando fala, fala de Portugal e não fala do estrangeiro, nem das interferências da União Soviética, porque não está neste âmbito. Todas as medidas que falou, de capitais americanos e de alemães, exatamente pela aquisição de capital das participações públicas/privadas, que adquiriram em determinados hospitais portugueses. O que chegou ao seu conhecimento foi que efetivamente pretendiam fazer essas áreas e esses espaços só para estrangeiros, nos próprios hospitais. A realidade ainda não demonstrou, ainda não veio nada a lume, em termos públicos, mas o que é um facto é aquilo que se fala e é o deterioramento dos serviços hospitalares que estão a ter, pelo menos nos hospitais públicos, e com algum conhecimento de causa sobre este assunto, quer no Hospital de Cascais, quer no Amadora-Sintra, quer noutros Centros Hospitalares do País, não refere outras coisas do estrangeiro. Quanto a Almada esclareceu que o metropolitano de superfície foi um investimento ao nível Central e uma obrigação, até esteve embargado durante uma boa parte do tempo ali naquela zona; não foi que a Câmara tivesse interesse em fazer esse metropolitano de superfície e a CDU no devido momento e na devida altura contestou a construção daquela linha.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA conclui dizendo que é isso que os divide: porque se quiserem fazer esse metro de superfície aqui em Cascais não se opõem, ainda para mais com o preço dos bilhetes que foram disponibilizados para a população. Foi pena de facto não o terem feito em Cascais, porque estariam melhor servidos. Quanto a essas histórias dos hospitais e dos Americanos e dos Alemães pensa que isso é um bocadinho a história do capuchinho vermelho e do lobo contada ao contrário, quer dizer às tantas foi o capuchinho vermelho que comeu o lobo e não o lobo que comeu o capuchinho vermelho, mas como o Sr. Vereador referiu que não é público, realmente não é público, é uma versão não editada. Quando falou dos soviéticos, sabem que houve investimentos soviéticos também cá em Portugal canalizados até por pessoas conectadas com militância no Partido Comunista e na altura também foram bem-vindos, certamente até porque permitiram, nalguns casos ficar com um ar mais refrescado nas suas salas.

O Período de Antes da ordem dia terminou às 9h53

- PONTOS PRÉVIOS:

1) - CONCURSO PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NOS REFEITÓRIOS MUNICIPAIS – PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, por unanimidade, nos termos do artigo 83º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Aprovado por unanimidade.

2) - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS ÀS CONFERÊNCIAS DO ESTORIL

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, por unanimidade, nos termos do artigo 83º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Aprovado por maioria, com 1 voto contra da Sr.ª Vereadora Maria Teresa Gago, do PS

3) - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DO CONCURSO PÚBLICO DESIGNADO POR: “OBRA DE REABILITAÇÃO DA CASA SOMMER-CENTRO DE HISTÓRIA LOCAL/ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CASCAIS” OBRA Nº 02.11.11.10

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, por unanimidade, nos termos do artigo 83º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Aprovado por maioria, com 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Maria Teresa Gago

ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES:

1. APROVAÇÃO DA ATA Nº 1 DE 7 DE JANEIRO DE 2013

Aprovado por maioria, com 1 abstenção do Sr. Vereador Alípio Magalhães, do PS

BALANCETE:

2. BALANCETE

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

DESPACHOS, NOTAS DE SERVIÇO:

3. DESPACHOS

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

DIREÇÃO MUNICIPAL DE APOIO À GESTÃO:

4. EDIFÍCIO DA RESIDENCIAL PARSI - ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE ARRENDAMENTO EXISTENTE ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E A JORGE & JORGE, LDA (CAFÉ DA VILA)

Aprovado por maioria, com 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Maria Teresa Gago

5. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EVOLUTIVA NO ÂMBITO DO SMARTWORKPLACE E PORTAL DE SERVIÇOS- PARECER PRÉVIO

Aprovado por maioria, com 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Maria Teresa Gago, do PS

6. SERVIÇOS DE CONSULTORIA – ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS E MICRO-INFORMÁTICA – PARECER PRÉVIO

Aprovado por maioria, com 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Maria Teresa Gago, do PS

ORÇAMENTO E PROJETOS COMPARTICIPADOS:

7. TRANSFERÊNCIA DE VERBA PARA A ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA - 2013

Aprovado por unanimidade.

8. TRANSFERÊNCIA DE VERBA PARA A ASSEMBLEIA DISTRITAL DE LISBOA - 2013

Aprovado por unanimidade.

9. PAGAMENTO DA QUOTIZAÇÃO À AMEGA REFERENTE A 2013

Aprovado por unanimidade.

CONTABILIDADE E GESTÃO DE DISPONIBILIDADES:

10. AUMENTO TEMPORÁRIO DOS FUNDOS DISPONÍVEIS

Aprovado por maioria, com 1 voto contra da Sr.ª Vereadora Maria Teresa Gago, do PS

GESTÃO PATRIMONIAL:

11. ALTERAÇÃO DO PONTO 2 DA PROPOSTA N.º 686/2011 (PONTO 4.10.2.), APROVADA NA REUNIÃO DE CÂMARA DE 25 DE JULHO DE 2011 – “CEDÊNCIA EM REGIME DE DIREITO DE SUPERFÍCIE, DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 8.082,40M², SITUADA NO LUGAR DA CHARNECA, FREGUESIA DE CASCAIS, AO CENTRO HÍPICO DA COSTA DO ESTORIL, LIMITADA, DESTINADA À AMPLIAÇÃO DO CENTRO HÍPICO”, PELA SUBSTITUIÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

Aprovado por maioria, com 1 voto contra da Sr.ª Vereadora Maria Teresa Gago, do PS

12. CEDÊNCIA EM REGIME DE COMODATO, À APPC – ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA PESCA DE CASCAIS, DE DUAS LOJAS DESIGNADAS PELOS N.ºS 54 E 54-A, SITUADAS NA RUA BADEN POWELL, N.º.61, ADROANA, FREGUESIA DE ALCABIDECHÊ, DESTINADAS À INSTALAÇÃO DA SEDE.

Aprovado por unanimidade.

13. RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 19/11/2012, PONTO 11 (PROPOSTA 1801) “CEDÊNCIA EM REGIME DE COMODATO À ASSOCIAÇÃO FAMILIAR E DESPORTIVA DA TORRE DE UM PRÉDIO URBANO COM A ÁREA TOTAL DE 11.540 M2, SITUADO NA RUA DAS CARAVELAS, Nº.189, 189-A E 189-B, TORRE, FREGUESIA DE CASCAIS, DESTINADO AO CAMPO DE FUTEBOL E INSTALAÇÕES DE APOIO.”

Aprovado por unanimidade O Sr. Vereador Nuno Piteira Lopes não participou na votação.

JUNTAS DE FREGUESIA:

14. TRANSFERÊNCIA DE VERBAS REFERENTES À 4ª TRANCHE E ENCERRAMENTO DE CONTAS DO ANO DE 2012 PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE CARCAVELOS NO VALOR DE €17.323,71.

Aprovado por unanimidade.

15. TRANSFERÊNCIA DA 4ª TRANCHE E ENCERRAMENTO DE CONTAS DO ANO DE 2012 DE VERBAS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE ALCABIDECHE NO VALOR DE €65.332,97.

Aprovado por unanimidade.

ASSUNTOS JURÍDICOS:

16. PAGAMENTO DE QUOTAS À ORDEM DOS ADVOGADOS E DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A CAIXA DE PREVIDÊNCIA DE ADVOGADOS E SOLICITADORES A ADVOGADOS DA DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS - 2013

Aprovado por unanimidade.

RECURSOS HUMANOS:

17. ALTERAÇÃO AO “MANUAL DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO”

Aprovado por unanimidade.

18. NOVOS HORÁRIOS DO MERCADO MUNICIPAL DE CASCAIS

Aprovado por unanimidade.

PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO:

19. PROPOSTA DE PLANO DE PORMENOR DO ESPAÇO DE REESTRUTURAÇÃO URBANÍSTICA DE CARCAVELOS SUL – ALTERAÇÃO DOS TERMOS DE REFERÊNCIA

Aprovado por maioria, com 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Maria Teresa Gago, do PS

GESTÃO TERRITORIAL:

20. OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO PROCº 2.425/2010 – BANPOR – GESTÃO, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES, S.A.

Aprovado por maioria, com 1 voto da Sr.ª Vereadora Maria Teresa Gago, do PS

21. ALTERAÇÃO À LICENÇA DE LOTEAMENTO TITULADA PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 76 - PROCº 181/2012 – EMILIA GONÇALVES DE JESUS.

Aprovado por maioria, com 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Maria Teresa Gago, do PS

22. ALTERAÇÃO À LICENÇA DE LOTEAMENTO TITULADA PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 1.048 PROCº 1.059/2012 – CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS.

Aprovado por maioria, com 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Maria Teresa Gago, do PS

23. ALTERAÇÃO À LICENÇA DE LOTEAMENTO TITULADA PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 943 - PROCESSO N.º 446/2012 – FUNDO DE PENSÕES BES.

Aprovado por maioria, com 1 voto contra da Sr.ª Vereadora Maria Teresa Gago, do PS.

GESTÃO URBANÍSTICA:

24. ALTERAÇÃO À LICENÇA DE LOTEAMENTO TITULADA PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 580 - PROCº 15/2010 – JOSÉ ESTEVES DE MATOS.

Aprovado por maioria, com 1 voto contra da Sr.ª Vereadora Maria Teresa Gago, do PS

ATIVIDADES ECONÓMICAS:

25. APOIO À ACTIVIDADE DA ASSOCIAÇÃO DE ARMADORES E PESCADORES DE CASCAIS

Aprovado por unanimidade.

26. APOIO À ACTIVIDADE DA ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA PESCA DE CASCAIS

Aprovado por unanimidade.

27. COMISSÃO ARBITRAL MUNICIPAL

Aprovado por unanimidade.

28. CRIAÇÃO DOS CENTROS URBANOS COMERCIAIS

Aprovado por maioria, com 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Maria Teresa Gago, do PS

29. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PRESIDENTE COMISSÃO ARBITRAL MUNICIPAL

Aprovado por unanimidade.

JUVENTUDE:

30. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ACADEMIA DE PSICOLOGIA E TEATRO

Aprovado por unanimidade.

31. APOIO À ESCOLA DE FUTEBOL INICIATIVA DO REAL MADRID E DO CENTRO EDUCATIVO SALESIANO

Aprovado por unanimidade.

32. PROGRAMA MARÉ VIVA 2013

Aprovado por unanimidade.

AMBIENTE:

33. APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E A EMAC - EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DE CASCAIS, E.M.S.A.

Aprovado por unanimidade.

CULTURA:

34. APOIO ANUAL AO TEATRO EXPERIMENTAL DE CASCAIS/ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ACTECAS - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO ARTÍSTICO LDA

Aprovado por maioria, com 1 abstenção da Sr.^a Vereadora Maria Teresa Gago, do PS

DESENVOLVIMENTO SÓCIO TERRITORIAL:

35. DISTRATE DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM ESPAÇO DE ATENDIMENTO PARA APOIO E ORIENTAÇÃO DE FAMÍLIAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - ESPAÇO BIPP CASCAIS

Aprovado por unanimidade.

36. APROVAÇÃO DO PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS, A JUNTA DE FREGUESIA DO ESTORIL E O CENTRO PAROQUIAL DO ESTORIL PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA LOJA SOLIDÁRIA "PARTILHA" - € 3.250,00

Aprovado por unanimidade.

37. APOIO ANUAL (MARÇO 2013/MARÇO DE 2014) AO CENTRO COMUNITÁRIO DA PARÓQUIA DE CARCAVELOS NO ÂMBITO DA CONTINUIDADE DO PROJETO - LINHA SÉNIOR CASCAIS, NO VALOR DE € 38.000,00

Aprovado por unanimidade.

HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

38. ATRIBUIÇÃO DE APOIO À FUNDAÇÃO "O SECULO" PARA DESENVOLVER O PROJETO RELOGIO DE AREIA € 5.899,00

Aprovado por unanimidade.

39. APROVAÇÃO DE PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO FARMÁCIAS DO CONCELHO DE CASCAIS, ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS (CMC), FARMÁCIAS DO CONCELHO DE CASCAIS E

ORGANIZAÇÕES CONCELHIAS COM INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL; MINUTA DE TERMO DE ADESÃO AO PROTOCOLO E APOIO FINANCEIRO PARA EXECUÇÃO PROTOCOLO NO MONTANTE GLOBAL DE €75.000,00 (SETENTA E CINCO MIL EUROS)

Aprovado por unanimidade.

40. ATRIBUIÇÃO DE 1 FOGO DE ARRENDAMENTO NO PARQUE HABITACIONAL DO CONCELHO A FERNANDO ANTÓNIO DAS NEVES

Aprovado por unanimidade.

41. APROVAÇÃO DE PROPOSTA DE NORMAS DE CANDIDATURA DO PROGRAMA DE APOIOS PSICOTERAPÊUTICOS DESTINADO A INSTITUIÇÕES PARTICULARES SEM FINS LUCRATIVOS; MODELO DE FICHA DE CANDIDATURA E APOIO FINANCEIRO PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NO MONTANTE GLOBAL DE €62.700,00 (SESSENTA E DOIS MIL E SETECENTOS EUROS).

Aprovado por unanimidade.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS:

42. ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ONGD UM PEQUENO GESTO UMA GRANDE AJUDA, PARA A RENOVAÇÃO ANUAL DO APADRINHAMENTO DAS DUAS CRIANÇAS DA "ESCOLINHA DO ANDRÉ" E DAS "BOLSAS UNIVERSITÁRIAS" A TRÊS JOVENS, EM XAI-XAI, MOÇAMBIQUE, NO VALOR DE € 4.410,00 (QUATRO MIL QUATROCENTOS E DEZ EUROS).

Aprovado por unanimidade.

43. ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ONGD " UM PEQUENO GESTO, UMA GRANDE AJUDA" PARA O FUNDO DE EMERGÊNCIA DESTINADO ÀS VITIMAS DAS CHEIAS QUE ASSOLARAM A CIDADE DE XAI-XAI, EM MOÇAMBIQUE, NO VALOR DE € 19 000,00 (DEZANOVE MIL EUROS)

Aprovado por unanimidade.

44. APOIO AO CENTRO CULTURAL MOLDAVO PARA A REALIZAÇÃO DA VIIIª EDIÇÃO DO FESTIVAL MÁRTISOR 2013, NO ÂMBITO DAS COMEMORAÇÕES DOS 10 ANOS DE ACTIVIDADE DO CENTRO CULTURAL MOLDAVO, NO VALOR DE € 19.000,00 (DEZANOVE MIL EUROS)

Aprovado por unanimidade.

COMUNICAÇÃO:

45. APOIO AO 28º FESTIVAL INTERNACIONAL DE BRIDGE DO ESTORIL

Aprovado por unanimidade.

INFORMAÇÕES:

46. COMUNICADOS AOS ORGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Início 10h55

1-Sr. João Milito Telxeira

Não compareceu.

2- Sr.ª Filipa Pinto Coelho

Moradora na Rua Heróis do Ultramar, Sassoeiros

Começou por referir que tinha estado numa reunião de Câmara há três meses ou três meses e meio, depois veio à Câmara de Cascais falar com o Sr. João Salgado e com o Dr. Caetano Gomes. Continua à espera de uma resposta que ficou de lhe ser dada nessa altura, foi no dia 7 de Novembro, e até hoje não teve resposta nenhuma. Vem saber se continua tudo na mesma, sendo que pelo menos a possibilidade de colocar uma passadeira na rua seria uma mais-valia muito grande, continuam a fazer-se corridas de fórmula 1 e de motas ali, tem havido também muitos acidentes devido à proibição do trânsito naquele bocado da rua de cima, pensa que é a Rua dos Lusíadas. Pensa que também faz falta ali um sinal de trânsito exatamente a informar as pessoas que aquilo agora é só para transportes públicos, mas já junto ao Lidl, porque visto ser trânsito proibido não podem vir carros da esquerda só transportes públicos, mas continuam a passar lá dezenas e dezenas de carros e origina acidentes que devido a não haver lá um sinal de informação dizendo que não podem vir carros da esquerda origina imensos problemas e confrontos. A polícia tem estado lá imensas vezes para resolver os acidentes não para autuar quem continua a passar naquele trânsito proibido. Gostava de saber se vai se feito algum coisa, no último acidente que lá ouve o agente disse que ia informar a Câmara de Cascais, porque as pessoas continuam a passar ali ignorando completamente o trânsito proibido. Em relação à passadeira gostava de saber se é viável ou não, até porque a rua tem tido imensas faltas de energia, está numa escuridão constante, candeeiros sem luz e está a torna-se cada vez pior.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que embora tenha a indicação de que foi prestada a informação não tem nenhuma evidência que tenho sido prestada e a Senhora confirmou que não foi prestada. De qualquer das formas já foi feito todo um conjunto de análises, tem um relatório com as intervenções que lá vão ser realizadas e solicitou que esta informação lhe seja de facto prestada, quer a nível da sinalização vertical e horizontal, quer a nível dos próprios circuitos da própria circulação e sentidos de trânsito. É um estudo bem desenvolvido sobre as várias abordagens e propostas de execução para serem realizadas. Vai pedir para que lhe façam chegar de facto a resposta e pediu novamente desculpa por não o terem feito. Informou que vão fazer a implementação do que é proposto, depois de estudado pelos serviços. Agradeceu a intervenção por ter chamado a atenção, de que não foi prestada a informação.

A Sr.ª Filipa Pinto Coelho concluiu que a possibilidade da passadeira é para si das coisas mais importantes porque quebra a velocidade com que o trânsito passa ali. E quando diz velocidade é mesmo, porque aquilo cria muita adrenalina por ser uma rua estreita sem passeios e os carros à noite passam ali completamente "a abrir". É inacreditável a velocidade que se atinge naquela rua e pelo menos a passadeira seria uma quebra grande.

Sr. Presidente da Câmara esclareceu ainda que o que está previsto não lhe parece ser uma passadeira mas algo parecido, tem um termo técnico que é uma chicane, vai ser criada mais uma chicane para redução de velocidade de circulação mas que irá suprimir cerca de 4 a 5 lugares. Pensa que é uma alteração de trajeto, de qualquer das formas irá falar com os técnicos e se a questão de facto é de uma passadeira que se ponha uma passadeira, mas já tem uma no princípio e uma no fim da rua, pelo menos é a informação que dispõe, mas vai tomar conta da situação e irá esclarecer.

3-Sr.ª Edite Mendes Messias

Não compareceu

4-Sr. Manuel Augusto Fernandes

Não compareceu

5- Sr. Joaquim Ferreira Carvalho.

Morador na Rua de S. Remo, Monte Estoril

Começou por agradecer a atenção e informou que veio à Câmara focar 5 pontos por causa da circulação viária há um ano, ou sei meses, não sabe. Foi-lhe disponibilizado tempo com o Diretor de Serviço de Obras e com o Diretor de Serviço de Tráfego que estava à muito pouco tempo no local. Eles não tinham conhecimento do que é que ia lá tratar, tendo na altura focado ao acaso e muito genericamente coisas relativamente pontuais, mas para provocar que noutras situações a Câmara pudesse pensar nesse assunto. Na reunião não tinham conhecimento das perguntas que tinha feito e muito menos da segunda parte que tinha pedido para lhe disponibilizarem alguns dados de 1 ou 2 projetos para poder contrapor qualquer coisa. Ouvia agora aqui a questão da passadeira... A ideia de vindo cá hoje era agradecer a atenção e que vai deixar de pensar no assunto, porque foi umas 6 vezes para ver se obtinha os tais dados que gostaria de consultar e qualquer outra resposta. Referiu também que queria também criar um pouco de bom senso porque há resoluções importantes (ouviu aqui os pontos todos e achou interessante, alguns esclarecimentos da Sr.ª Vereadora podiam ter sido feitos antes da reunião) ... mas não é esse o problema. Era um pouco de bom senso. Já anda a sugerir há 20 ou 30 anos que há certos pontos na gestão que poderiam ser melhorados, por exemplo há 2 ou 3 dias tentou um pequeno esclarecimento, e era mesmo pequeno, disseram-lhe que tinha que ser por escrito. A Câmara tem agora ali o Atendimento Municipal está tudo lá concentrado foi o que lhe disseram... está a tentar ser o mais rápido possível... **O Sr. Presidente da Câmara** agradeceu a rapidez mas gostava de ter objetividade que é aquilo que não tem sentido até agora. **O Sr. Joaquim Ferreira Carvalho** esclareceu que a objetividade foi aquela a que se tinha referido, não quer ficar mais a pensar nisto e portanto a ideia foi agradecer - primeiro objetivo, segundo, acha que há pormenores que poderiam ser melhorados usando bom senso, usando melhor gestão, está pronto, já disse isso da outra vez, se puder dar algum contributo estará disponível, não diz que seja um indivíduo cheio de bom senso, que tenha uma grande questão de gestão, mas há pormenores que acha que deveriam ser tomados em conta, como é o caso da passadeira, três meses... Discorda, por exemplo, daqueles altos que andam por aí, puseram mais três na sua zona. Foi aquilo que pediu da outra vez, que estudos é que tinham feito para poder contrapor, porque não pode contrapor contra um projeto que foi tomado, numa decisão que possivelmente custou um dinheirão. Acha que está a ser concreto e deve haver elementos de circulação, números de acidentes, locais perigosos, foi sempre uma das coisas que na altura referiu, é que puseram oitocentos metros de calçado paralelepípedo, que é perfeitamente inconcebível modernamente, disseram-lhe não sabe se é verdade se é mentira, porque não foi oficialmente, foi uma decisão do anterior pessoal, do anterior Presidente, não val discutir isso, mas vê que quando se vem aqui agora, também está feita calçada.

O Sr. Presidente da Câmara deu conhecimento ao Município que tinha esgotado o tempo da primeira intervenção, mas quando lhe pediu objetividade foi porque até agora sinceramente não viu nada objetivo. Isto não pode ser numa zona pôr uma passadeira ou não pôr, numa situação que ocorreu anteriormente. Ficou um pouco preocupado quando o Sr. também afirmou que poderia não ter muito bom senso, porque se está a recomendar que tenham bom senso, convinha ser de alguém que se sentisse que tinha esse bom senso para prestar, coisa que tem que refutar, porque obviamente não pode aceitar que considera que esta Câmara não tem bom senso, embora seja por si só uma avaliação subjetiva sobre o que é que é bom senso e o que é que é mau senso. Pode-lhe afirmar que nada é feito nesta Câmara sem serem feitos estudos, esses estudos são feitos por pessoas qualificadas e que tiveram na sua formação técnica exatamente essa mesma formação para puderem fazer esses estudos das variadíssimas áreas, mas também no que diz respeito às questões viárias e às questões de estacionamento e às questões de segurança rodoviária. Dentro em breve irão apresentar, inclusivamente através dos meios tecnológicos que hoje têm ao dispor, mais um conjunto de ferramentas que permite a todos os Municípios terem acesso a cada vez mais informação e ao terem acesso a essa informação terem a capacidade também de interagirem com a Câmara para poderem fazer as suas críticas, dar as suas sugestões, eventualmente, o reconhecimento também do bom que foi feito. Disse que o Sr. Joaquim Carvalho passará a ter também por via tecnológica a possibilidade de fazer essa mesma intervenção. Não lhe pode explicar o contrário, não tendo nenhuma situação em concreto, não lhe pode estar agora aqui a fazer a defesa das intervenções que foram promovidas pela Câmara Municipal de Cascais, porque também não está a falar em nada em concreto, nessa altura terão tudo aberto, ou seja, acrescentarão áreas da Câmara, nomeadamente esta área viária será uma das áreas que está abrangida por essas novas ferramentas que vão disponibilizar e nessa altura terão essa possibilidade de, caso a caso, em situações concretas, estarem expostos os estudos de trânsito, os estudos viários e terem sugestões por parte dos municípios ou as discordâncias por parte dos municípios, não há da sua parte interesse nenhum de fazer algo que não seja de acordo com a satisfação das necessidades das pessoas, mas que também que seja de acordo com fundamentação técnica porque senão isto passa a ser uma gestão pontual e descaracterizada, o que não pretendem e obviamente que há uma lógica, há lógicas de funcionamento, há regras de gestão, pensam serem de boa gestão e como qualquer regra de boa gestão permite ser sempre melhorada, mas não deixa de haver essas mesmas regras de gestão. Agradeceu a disponibilidade do Município, a sua colaboração e certamente se tiver ainda essa mesma disponibilidade com as novas ferramentas poderá ter mais um mecanismo para de forma objetiva puderem confrontar opiniões que o Senhor tenha com opiniões que os técnicos da Câmara também possam ter e desenvolver.

O Sr. Joaquim Ferreira Carvalho no período destinado à sua intervenção final referiu que quanto à falta de objetividade, acha que pelo menos focou algumas coisas, veio cá, expôs para poder consultar ou saber o que é que se passava a respeito de cinco pontos muito genéricos, inclusive falou na tal colaboração, segundo ponto objetivo, terceiro que o Senhor Presidente já respondeu que futuramente poderá haver um sistema informatizado ou qualquer coisa do género, informou também objetivamente que veio cá aos serviços seis vezes para ver se lhe davam a tal resposta. Não sabe se lhe podiam disponibilizar os tais dados concretos que o Senhor Presidente disse que os projetos são feitos. Para dizer qualquer coisa objetiva tem que ver objetivamente o que é que a Câmara objetivamente também fez. Se não há essa possibilidade, a ideia é que não vai pensar mais no assunto e agradece a atenção. Pediu desculpa pela questão do bom senso. Como último pormenor referiu que há muita coisa que tecnicamente pode estar correta, mas tecnicamente ou porque há inovações ou porque há outras coisas que passado às vezes pouco tempo deixam de estar corretas, uma delas que focou da outra vez, falou que havia o sistema que a Câmara agora está a adotar, aí uma série de pormenores é de sentidos únicos, sentidos de circulação. Chamou à atenção que esses sentidos de circulação muitas vezes são muito localizados e que as pessoas não se lembram que se gasta mais, por exemplo, se for circulação viária, gasta-se mais gasolina e depois o Estado paga mais CO₂, não sabe a quem e, portanto, podiam ser minimizados esses custos, não só ao Município como o tal CO₂, mas isto é só um pormenor.

O Sr. Presidente da Câmara concluiu que os sentidos únicos vão ser uma tendência, não fomos nós que os inventamos em todo o lado, sempre que há uma maior concentração de carros, sempre que há uma maior densidade de frequência, nomeadamente no Concelho e no casco velho, temos problemas de mobilidade inclusivamente para cidadãos em geral e depois para cidadãos portadores de deficiência ou cidadãos com mobilidade mais reduzida. Isso permite um reordenamento de estacionamento e permite aumentar a própria mobilidade quando se passa para sentido único, isso altera profundamente, nomeadamente a nível do próprio alinhamento arbóreo das próprias ruas, altera as infraestruturas que

estão no subsolo, é uma intervenção profunda que se desenvolve, mas isso há, como em tudo, pessoas que defendem, até há pessoas que defendem que nem sequer deve ser aberto os centros à circulação automóvel e portanto aí a redução de CO2 era zero, mas depois há os comerciantes que se queixam e há outros moradores que se queixam. Por isso mesmo é que gostam de fazer os estudos que fazem e colocá-los o mais possível à disposição e cada vez irão fazê-lo mais para obterem não só o aconselhamento de Municípios que são da sua especialidade técnica nas diversas áreas, mas muito especialmente porque acreditam que só se constrói a urbe, só se constrói o Concelho numa base cada vez maior de confiança e essa confiança passa por estabelecerem formas de irem comunicando. Têm é que ser também sistematizadas porque se essas formas não estiverem organizadas, se não estiverem sistematizadas acabam por também não ser consequentes e acabam por não serem eficazes. É nesse sentido que estão a trabalhar e pediu para que esteja atento quando lançarem ,o mais tardar dentro de 15 dias, essas novas ferramentas para estarem em permanente contacto com os municípios e receber as suas sugestões, as suas reclamações e serem mais eficazes nas respostas e na prestação de serviços.

O Período de intervenção do Público terminou às 11h14m

As 11 horas e 14 minutos foi aprovada e assinada esta minuta e encerrada a reunião

Eu, [assinatura] a subscrevi.

O Presidente

CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS

[assinatura]

Os Vereadores

ALÍPIO MARQUES MAGALHÃES FERNANDES

[assinatura]

MIGUEL PINTO LUZ

[assinatura]

ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO

[assinatura]

PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA

[assinatura]

ALEXANDRE NUNO DE AGUIAR FARIA

[assinatura]

MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CORDEIRO

[assinatura]

JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO

[assinatura]

NUNO FRANCISCO PITEIRA LOPES

[assinatura]

FREDERICO MANUEL PINHO DE ALMEIDA

[assinatura]

MARIA TERESA PERES DOMINGUEZ R. GAGO

[assinatura]